

RELATÓRIO SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL
com referência a 30 de junho de 2017



www.municipio.pt

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas

Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20170535



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
SECÇÃO I – ÂMBITO	4
SECÇÃO II – ANÁLISE AO BALANÇO, À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30-06-2017	5
1. BALANÇO – ATIVO	5
1.1 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO E IMOBILIZAÇÕES	6
1.2 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	8
1.3 DIVÍDAS A RECEBER	9
1.4 DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA	10
1.5 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO	10
1.3 FUNDOS PRÓPRIOS, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	13
1.4 PROVISÕES	13
1.5 FINANCIAMENTOS	14
1.6 CONTAS A PAGAR	15
1.7 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	15
1.8 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – PASSIVO	16
1.9 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	19
1.10 GASTOS COM O PESSOAL	20
1.11 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS. CORRENTES CONCEDIDOS	21
1.12 CUSTOS E PERDAS E PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	22
1.13 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS E PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	22
1.14 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23
1.15 IMPOSTOS E TAXAS	24
1.16 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	24
SECÇÃO III – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	25
A. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	26
B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	27
C. RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	28
SECÇÃO IV – ENDIVIDAMENTO.....	29
SECÇÃO V – PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	31



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

Introdução

Exmos. Senhores,

Vimos por este meio, remeter a V/ Exas. o **RELATÓRIO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL**, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que determina como sendo da competência do auditor externo remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Neste contexto, o presente relatório está dividido nas seguintes secções:

- **Secção I – Âmbito**
- **Secção II – Situação Patrimonial em 30 de junho de 2017**
- **Secção III – Execução Orçamental**
 - a) Execução Orçamental da Despesa
 - b) Execução Orçamental da Receita
 - c) Rácios de Execução Orçamental
- **Secção IV – Endividamento**
- **Secção V – Procedimentos de Contratação Pública**

Colocando-nos à V/ inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o conteúdo do presente documento, subscrevemo-nos

Braga, 12 de setembro 2017

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20171459
Representada por (Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20170535)



SECÇÃO I – ÂMBITO

O nosso trabalho teve como base as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Nesta conformidade, o trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto à situação patrimonial (Balanço), ao desempenho (Demonstração dos Resultados) com referência a 30 de junho de 2017, bem como, se os mapas de execução orçamental semestrais e do endividamento, àquela data, estão isentos de distorções materialmente relevantes, e consistiu:

- a) em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira; e
- b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado e àquelas em que tenham sido obtidas informações contraditórias.

O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

SECÇÃO II – ANÁLISE AO BALANÇO, A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30-06-2017

A informação apresentada infra está organizada da seguinte forma: (i) detalhe/conteúdo de cada rubrica à data de 30 de junho de 2017 (ii) descrição dos procedimentos efetuados; e, (iii) descrição dos assuntos identificados, considerados relevantes, como consequência do nosso trabalho.

1. BALANÇO – ATIVO

RUBRICAS	06.2017	%	12.2016	%	06.2016	%	12.2015	%
ATIVO								
IMOBILIZADO								
Bens de domínio público	14.761.028,60	23,98%	14.842.172,35	24,06%	15.533.330,84	25,87%	15.505.598,59	26,44%
Imobilizações incorpóreas	496.401,33	0,81%	485.380,09	0,79%	490.059,59	0,82%	485.380,09	0,83%
Imobilizações corpóreas	40.702.021,98	66,11%	39.881.537,40	64,64%	40.129.519,12	66,83%	38.968.641,43	66,46%
Investimentos financeiros	697.404,65	1,13%	697.404,65	1,13%	697.404,65	1,16%	697.404,65	1,19%
	56.656.856,56	92,03%	55.906.494,49	90,61%	56.850.314,20	94,67%	55.657.024,76	94,92%
CIRCULANTE								
Existências	219.070,18	0,36%	119.538,41	0,19%	171.150,80	0,29%	99.867,10	0,17%
	219.070,18	0,36%	119.538,41	0,19%	171.150,80	0,29%	99.867,10	0,17%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO								
Contribuintes c/c	270,18	0,00%	-	-	-	-	-	-
Utentes c/c	38.713,16	0,06%	174.541,19	0,28%	149.572,54	0,25%	149.102,32	0,25%
Estado e outros entes públicos	13.999,17	0,02%	13.999,17	0,02%	25.084,94	0,04%	1.997,49	0,00%
Outros devedores	3.117.851,46	5,06%	3.046.091,49	4,94%	703.076,77	1,17%	737.372,92	1,26%
	3.170.833,97	5,15%	3.234.631,85	5,24%	877.734,25	1,46%	888.472,73	1,52%
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA								
Depósitos em instituições financeiras	535.703,88	0,87%	490.981,96	0,80%	694.382,39	1,16%	539.816,72	0,92%
Caixa	5.827,34	0,01%	1.634,70	0,00%	8.086,12	0,01%	4.286,61	0,01%
	541.531,22	0,88%	492.616,66	0,80%	702.468,51	1,17%	544.103,33	0,93%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
Acréscimos e Diferimentos	977.140,43	1,59%	1.945.993,11	3,15%	1.447.204,29	2,41%	1.447.204,29	2,47%
	977.140,43	1,59%	1.945.993,11	3,15%	1.447.204,29	2,41%	1.447.204,29	2,47%
TOTAL DO ATIVO	61.565.432,36	100,00%	61.699.274,52	100,00%	60.048.872,05	100,00%	58.636.672,21	100,00%



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

40

1.1 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO E IMOBILIZAÇÕES

1.1.1. Conteúdo

Informação Contabilidade						
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	Valor inicial 01.01.2014	Aquisições/Dotações/Transferências				Saldo Final 30.06.2017
		Período 2014	Período 2015	Período 2016	Período 06 2017	
Valor de aquisição					TOTAL Variações	
Terrenos e recursos naturais	16.657,43					16.657,43
Outras Construções e Infraestruturas	28.101.794,38		385.270,56	105.365,06	490.635,62	28.592.430,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.806,31					23.806,31
Outros bens de domínio público	2.620.142,96					2.620.142,96
Imobilizações em curso de bens de domínio público	2.683,05	17.847,58	-	62.378,72	(81.143,75)	1.765,60
	30.765.084,13	17.847,58	385.270,56	167.743,78	(81.143,75)	31.254.802,30
Depreciações acumuladas						
Outras Construções e infraestruturas	13.716.160,25	845.966,34	820.955,98	795.876,71	2.462.798,43	16.168.953,68
Bens do património histórico, artístico e cultural	211,66	211,06	105,14	105,14	421,34	633,00
Outros bens de domínio público	217.620,13	36.176,55	35.188,17	35.188,17	106.552,89	324.182,07
	13.924.001,04	882.353,95	856.248,69	831.170,02	2.569.772,66	16.493.773,70
Quantia Escriturada	16.841.083,09	15.976.576,72	15.505.598,59	14.842.172,35	14.761.028,60	14.761.028,60

Informação Contabilidade						
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	Valor inicial 01.01.2014	Aquisições/Dotações/Transferências				Valor final 30.06.2017
		Período 2014	Período 2015	Período 2016	Período 06 2017	
Valor de aquisição					TOTAL Aumentos	
Propriedade industrial e outros	339,74				11.016,58	11.016,58
Imobilizações em curso de Imobilizações incorpóreas	510.974,31	(25.594,22)	-	-	344,40	485.724,49
	511.314,05	(25.594,22)	-	-	11.360,98	496.741,07
Depreciações acumuladas						
Propriedade industrial e outros	235,28	38,46	16,00	-	54,46	339,74
	285,28	38,46	16,00	-	54,46	339,74
Quantia Escriturada	511.028,77	485.396,09	485.380,09	485.380,09	496.401,33	496.401,33

Informação Contabilidade						
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	Valor inicial 31.12.2013	Aquisições/Dotações/Transferências				Valor final 30.06.2017
		Período 2014	Período 2015	Período 2016	Período 06 2017	
Valor de aquisição					TOTAL Variações	
Terrenos e recursos naturais	1.601.084,00	189.287,50	-	(24.174,26)	18.000,00	1.774.193,24
Edifícios e outras construções	30.722.790,66	2.868.299,10	743.391,14	1.463.327,28	135.317,66	33.933.125,84
Equipamento básico	1.285.085,45	186.971,89	76.148,50	21.942,05	32.164,20	1.602.312,09
Equipamento de transporte	761.451,34		30.430,01	79.535,07	3.796,80	876.413,22
Ferramentas e utensílios	135.283,48	40.274,55	33.527,83	18.064,83	8.235,10	226.385,79
Equipamentos administrativo	1.119.563,36	167.343,20	114.113,41	19.769,03	10.937,84	1.431.726,84
Taras e vasilhame	44,59					44,59
Equipamento de Informática	1.108.306,03	195.477,77	47.014,26	50.530,43	64.649,97	1.466.578,43
Outras imobilizações corpóreas	434.708,44	1.461,98	17.190,19	79.988,55	54.060,61	587.009,77
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	11.706.297,15	429.729,09	657.966,35	672.290,95	493.322,40	13.046.605,94
	48.874.216,53	4.078.845,08	1.719.781,69	2.381.273,93	820.484,58	57.874.601,81
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	9.654.576,24	973.597,04	924.990,67	1.019.192,11	2.917.779,82	12.572.356,06
Equipamento básico	705.857,48	106.293,08	100.335,87	88.317,13	294.946,08	1.000.868,56
Equipamento de transporte	662.955,03	25.152,57	(115,82)	23.980,93	49.017,68	741.372,77
Ferramentas e utensílios	97.518,13	24.979,68	19.851,20	24.041,88	68.872,76	156.390,85
Equipamentos administrativo	704.571,95	121.725,89	136.423,15	147.451,58	405.600,62	1.110.772,55
Taras e vasilhame	42,38	0,58	0,56	0,55	1,69	14,01
Equipamento de Informática	926.894,13	138.062,59	65.253,75	127.631,06	330.917,40	1.257.611,53
Outras imobilizações corpóreas	176.689,44	79.201,17	29.345,12	37.792,72	146.339,01	424.028,46
	12.959.104,77	1.469.012,60	1.276.084,50	1.468.377,95	4.213.475,06	17.173.579,83
Quantia Escriturada	85.915.111,76	37.524.940,24	38.868.641,43	39.881.537,40	40.702.021,38	40.702.021,38



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

Do cruzamento efetuado entre o cadastro de imobilizado (incluindo o imobilizado em curso) e a contabilidade apenas resultaram diferenças quanto à aquisição de bens em 2017 em virtude de no património só procederem ao seu registo no final do exercício económico.

Contudo, nesta data, não obtivemos informação suficiente para emitir uma opinião sobre a existência, valorização e mensuração das imobilizações corpóreas, incorpóreas e bens de domínio público com referência a 30 de junho de 2017, bem como quantificar o respetivo impacto no património do Município.

1.1.2. Conclusões

1.1.2.1. Da análise à contabilização de aquisições de imobilizações corpóreas, incorpóreas e bens de domínio público do 1º semestre entendemos relatar o seguinte:

✓ Bens de domínio público:

A rubrica 45. Bens de Domínio Público não apresenta alterações face a 31 de dezembro de 2016.

A variação negativa ocorrida na rubrica 44.5 Imobilizações em curso de bens de domínio público resulta da transferência de bens para a conta de imobilizações corpóreas, no montante de 81.143,75 euros.

✓ Imobilizações Incorpóreas

A rubrica de 43. Imobilizações incorpóreas apresenta um aumento de 11.016,58 euros face a 31 de dezembro de 2016.

✓ Imobilizações corpóreas e em curso

O total de aquisições/transferências de imobilizações corpóreas no primeiro semestre de 2017 ascendeu a 327.162,18 euros, da seguinte forma repartidas:

Descrição	Aquisições/Transferências 06.2017
Terrenos e recursos naturais	18.000,00
Edifícios e outras construções	135.317,66
Equipamento básico	32.164,20
Equipamento de transporte	3.796,80
Ferramentas e utensílios	8.235,10
Equipamento administrativo	10.937,84
Equipamento de informática	64.649,97
Outras imobilizações corpóreas	54.060,61
TOTAL	327.162,18

Foram efetuados testes substantivos sobre as aquisições de maior montante, tendo a amostra analisada ascendido a 73% do total das aquisições do período.

Da análise efetuada importa referir que:

- Apesar de não ter impacto na informação financeira relativa ao 1.º semestre de 2017, os serviços da entidade procedem à contabilização das escrituras relativas às aquisições de imóveis e/ou terrenos não pelo valor destas, mas sim pelas tranches de pagamento dos bens acordados na escritura. Recomendamos a alteração deste procedimento, conforme as regras estabelecidas pelo POICAL.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

- A aplicação da lei dos compromissos não está a ser cumprida na íntegra em virtude de nos mesmos não se fazem menção ao número de cabimento, compromisso, requisição ou contrato. Recomendamos atenção para o cumprimento eficaz desta lei, uma vez que a mesma não admite qualquer exceção.

O total de aquisições/transferências de imobilizações corpóreas em curso no primeiro semestre de 2017 ascendeu a 327.162,18 euros, da seguinte forma repartidas:

Descrição	Aquisições/Transferências 06.2017
Instalações de serviços	1.111,92
Instalações desportivas e recreativas	9.537,22
Escolas	8.543,96
Outros edifícios	20.972,74
Viadutos, arruamentos e obras complementares	136.608,30
Esgotos	70.194,03
Iluminação pública	(2.304,36)
Parques e jardins	(333,65)
Captação, tratamento e distribuição de água	4.440,30
Viação rural	143.904,89
Outras	110.751,84
Equipamento básico	(10.104,79)
TOTAL	493.322,40

Foram efetuados testes substantivos sobre as aquisições de maior montante, tendo a amostra analisada ascendido a 89% do total das aquisições do período.

No primeiro semestre de 2017, foram efetuadas transferências no montante de 12.742,80 euros para as contas 42. Imobilizações corpóreas.

1.2 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

1.2.1. Conteúdo

À data de 30 de junho 2017 os investimentos financeiros detidos pela CMPB eram os seguintes:

Informação contabilizada							
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Valor inicial 01.01.2014	Aquisições/Doações/Transferências				TOTAL variações	valor final 30.06.2017
Partes de capital		Período 2014	Período 2015	Período 2016	Período 06 2017		
Empresas municipais e Intermunicipais - Municipa	5.012,92						5.012,92
Embarca							
Empresas privadas ou cooperativas - Epralima	2.000,00						2.000,00
Obrigações e títulos de participação							
Águas do Minho e Lima	133.420,00						133.420,00
Resulima	36.750,00						36.750,00
Turel	5.000,00						5.000,00
Fundo de Apoio Municipal		515.221,73				515.221,73	515.221,73
Quantia Escriturada	187.182,92	697.404,65	697.404,65	697.404,65	697.404,65		697.404,65

1.2.2. Conclusões



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

Esta rubrica não apresenta variações face a 2016.

1.3. DIVÍDAS A RECEBER

1.3.1. Conteúdo

A conta de “Clientes”, “Contribuintes”, “Utentes”, “Clientes e utentes c/ cauções” e “Outros devedores” têm a seguinte decomposição:

Rubricas	Períodos			
	30 06 2017	31.12 2016	30 06 2016	31.12 2015
CLIENTES C/C			-	-
CONTRIBUINTES C/C	270,18		-	-
Impostos indirectos	142,23			
Taxas	127,95			
UTENTES C/C	38.713,16	174.541,19	149.572,54	149.102,32
Água	13.481,12	481,77	41.062,03	40.531,61
Rendas e alugueres, habitação e outros	25.086,37	174.059,42	108.510,51	108.570,71
Diversos	145,67	-	-	-
CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES	76.690,04	76.690,04	25.507,54	25.507,54
Cauções de loteamento e obra	64.370,59	64.370,59	13.188,09	13.188,09
Cauções - outras	12.319,45	12.319,45	12.319,45	12.319,45
OUTROS DEVEDORES	3.117.851,46	3.046.091,49	703.076,77	737.372,92
Devedores de transferências p/as autarquias locais	2.311.938,77	2.311.938,77	514.870,99	552.047,14
Estado	299.662,46	299.662,46	514.870,99	552.047,14
Fundos comunitários	2.012.276,31	2.012.276,31		
OUTROS DEVEDORES DIVERSOS-AGREGADO	805.912,69	734.152,72	188.205,78	185.325,78
Credores de transferências das autarquias locais				
Devedores pela cobrança de Impostos directos	182.825,78	182.825,78	182.825,78	182.825,78
Outros	623.086,91	551.326,94	5.380,00	2.500,00

Dos testes efetuados às principais rubricas de valores a receber, podemos inferir o seguinte:

- A contabilidade do município não evidência a dívida da água incluindo os clientes de cobrança duvidosa uma vez que as faturas não são contabilizadas no momento da sua emissão
- À data não nos foi disponibilizada informação desagregada daquele montante por utente, pelo que não estamos em condições de concluir nem concluímos sobre a existência e recuperabilidade daquele saldo;
- Até 31 de dezembro de 2016, a entidade apenas considerava o regime do acréscimo no final do exercício. Em 30 de junho de 2017, de forma a existir uma mais correta especialização dos exercícios procedeu-se ao desconhecimento dos acréscimos efetuados em 2016, relativos às rendas de concessão.
- O valor registado na contabilidade pela conta de clientes diverge do valor apresentado pelo balancete de terceiros tendo sido solicitado aos serviços da entidade a sua explicação e respetiva correção que até à presente data não foi efetuada.

Cod Conta	Designação	Balancete Geral 06.2017	Balancete 3.ºs 06.2017	Diferença
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	- 37.706,70 €	- 108.522,72 €	70.816,02 €
213	UTENTES C/C	- 38.713,16 €	- 32.102,86 €	70.816,02 €
2134	RENDAS E ALUGUERES HABITAÇÃO E OUTROS	- 25.086,37 €	- 45.729,65 €	70.816,02 €
21341	RENDAS E ALUGUERES HABITAÇÃO E OUTROS co	- 23.354,01 €	- 47.462,01 €	70.816,02 €



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

- Relativamente à rubrica de Outros devedores verificamos as divergências existentes entre os valores da contabilidade patrimonial e as contas de terceiros conforme quadro seguinte:

Cod Conta	Designação	Balancete Geral 06.2017	Balancete 3ºs 06.2017	Diferença
268	Devedores e credores diversos	2.470.922,36 €	1.923.890,42 €	547.031,94 €
2689	Credores Diversos - Outros	247.622,67 €	299.409,27 €	547.031,94 €
26899	Terceiros diversos	546.906,94 €	125,00 €	547.031,94 €

Face a esta divergência, que resulta do não registo no balancete de terceiros de uma dívida identificada, recomendamos aos serviços da entidade a sua regularização.

1.4. DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA

1.4.1. Conteúdo

O saldo apresentado nesta rubrica tem a seguinte decomposição:

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
DISPONIBILIDADES	541.531,22	492.616,66	702.468,51	544.103,33
CAIXA	5.827,34	1.634,70	8.086,12	4.286,61
CAIXA	1.477,34	1.634,70	8.086,12	4.286,61
FUNDO DE MANEIO	4.350,00	-	-	-
BANCOS	535.703,88	490.981,96	694.382,39	539.816,72
DEPÓSITOS À ORDEM	285.824,09	241.102,17	444.502,60	289.936,93
BANCO ESPÍRITO SANTO CL	191,47	191,47	191,47	191,47
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	236.566,93	210.618,72	382.064,95	219.622,60
BPI	2.762,25	2.751,53	19.876,31	2.701,14
CCAM	46.104,20	27.341,21	42.170,63	67.222,48
SANTANDER TOTTA	199,24	199,24	199,24	199,24
DEPÓSITOS A PRAZO	249.879,79	249.879,79	249.879,79	249.879,79
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	249.879,79	249.879,79	249.879,79	249.879,79

Pela análise das conciliações bancárias, constatámos que a entidade registou em julho de 2017 amortizações de empréstimos bancários pagos em junho de 2017. Por tal motivo os Depósitos Bancários e os Empréstimos Bancários estão sobreavaliados em cerca de 40.111 euros.

1.5. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO

1.5.1. Conteúdo

A rubrica de Acréscimos e Diferimentos - Ativo (AD – A) tem a seguinte decomposição:

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS -ATIVO	977.140,43	1.945.993,11	1.447.204,29	1.447.204,29
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	977.140,43	1.940.454,83	1.447.204,29	1.447.204,29
IMI	977.140,43	977.140,43	1.136.635,49	1.136.635,49
Outros acréscimos de proveitos	-	963.314,40	310.568,80	310.568,80
CUSTOS DIFERIDOS	-	5.538,28	-	-
Outros Custos Diferidos	-	5.538,28	-	-



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.5.2. Conclusões

A rubrica do IMI apenas tem sido movimentada pelas especializações de encerramento de contas do exercício. Em junho de 2017 procedeu-se ao desreconhecimento dos proveitos reconhecidos na conta “outros acréscimos de proveitos”.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

44

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

RUBRICAS	06.2017	%	12.2016	%	06.2016	%	12.2015	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO								
FUNDOS PRÓPRIOS								
Património	22.055.970,74	35,83%	22.055.970,74	35,75%	22.055.970,74	36,73%	22.055.970,74	37,61%
Reservas:								
Reservas legais	1.180.481,26	1,92%	1.180.481,26	1,91%	1.160.269,24	1,93%	1.160.269,24	1,98%
Reservas livres	10.501.238,09	17,06%	10.501.238,09	17,02%	10.319.329,92	17,18%	10.319.329,92	17,60%
Subsídios	303.243,42	0,49%	303.243,42	0,49%	303.243,42	0,50%	303.243,42	0,52%
Doações	1.945.314,57	3,16%	1.945.314,57	3,15%	1.945.314,57	3,24%	1.945.314,57	3,32%
Resultados Transitados	2.814.584,24	4,57%	2.340.921,90	3,79%	2.928.731,01	4,88%	2.524.490,63	4,31%
Resultado líquido do exercício	1.440.466,90	2,34%	505.264,41	0,82%	585.560,46	0,98%	404.240,38	0,69%
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS	40.241.299,22	65,36%	38.832.434,39	62,94%	39.298.419,36	65,44%	38.712.858,90	66,02%
PASSIVO								
Provisões para riscos e encargos	105.422,15	0,17%	105.422,15	0,17%	109.808,25	0,18%	109.808,25	0,19%
Empréstimos de médio e longo prazos	4.633.765,87	7,53%	4.878.715,01	7,91%	5.206.322,49	8,67%	5.432.327,05	9,26%
	4.739.188,02	7,70%	4.984.137,16	8,08%	5.316.130,74	8,85%	5.542.135,30	9,45%
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO								
Empréstimos de curto prazo	903.383,63	1,47%	553.383,63	0,90%	875.826,88	1,46%	550.826,88	0,94%
Fornecedores c/c	513.883,95	0,83%	620.751,37	1,01%	556.176,24	0,93%	492.627,69	0,84%
Fornecedores de imobilizado c/c	426.044,67	0,69%	722.724,96	1,17%	1.109.529,85	1,85%	967.921,45	1,65%
Estado e outros entes públicos	115.764,60	0,19%	542.794,39	0,88%	84.249,69	0,14%	46.269,09	0,08%
Outros Credores	659.635,01	1,07%	679.620,33	1,10%	811.676,55	1,35%	784.768,03	1,34%
Garantias e cações	76.690,04	0,12%	76.690,04	0,12%	25.507,54	0,04%	25.507,54	0,04%
	2.695.401,90	4,38%	3.195.964,72	5,18%	3.462.966,75	5,77%	2.867.920,68	4,89%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
Acréscimos de custos	24.428,51	0,04%	1.014.020,40	1,64%	894.169,90	1,49%	894.169,90	1,52%
Proveitos Diferidos	13.865.114,71	22,52%	13.672.717,85	22,16%	11.077.185,30	18,45%	10.619.587,43	18,11%
	13.889.543,22	22,56%	14.686.738,25	23,80%	11.971.355,20	19,94%	11.513.757,33	19,64%
PASSIVO	21.324.133,14	34,64%	22.866.840,13	37,06%	20.750.452,69	34,56%	22.923.813,31	39,98%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	61.565.432,36	100,00%	61.699.274,52	100,00%	60.048.872,05	100,00%	58.636.672,21	100,00%



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.3 FUNDOS PRÓPRIOS, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

1.3.1 Conteúdo

A decomposição e movimento dos fundos próprios entre 2012 e 30 de junho de 2017 é a seguinte:

FUNDOS PRÓPRIOS	Saldo Inicial 01.01.2014	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	30.06.2017	TOTAL Mov.	Saldo Final 30.06.2017
Património	21.314.168,57	541.802,17				541.802,17	22.055.970,74
Reservas:							
Reservas legais	1.073.095,60	54.180,22	33.003,42	20.212,02		107.395,66	1.180.481,26
Reservas livres	9.534.677,16	487.621,94	297.030,82	181.908,17		966.560,93	10.501.238,09
Subsídios	303.243,42						303.243,42
Doações		1.945.314,57				1.945.314,57	1.945.314,57
Resultados Transitados	3.089.323,57	(894.873,18)	330.034,24	(183.568,73)	473.662,34	(274.745,33)	2.814.584,24
	35.514.504,32	37.648.550,04	38.308.618,52	38.327.169,98	38.800.832,32	153.085.170,86	38.800.832,32

1.3.2 Conclusões

Os Fundos Próprios de uma autarquia são divididos em dois grandes grupos:

- Património Inicial – conta 51 Património – que representa os fundos relativos à constituição da entidade, resultante dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. No caso de entidades já constituídas, considera-se que o valor desta conta, na abertura do 1º ano em que vigora o POCAL, é equivalente à diferença entre os montantes Ativos e os Passivos e das importâncias reconhecidas das restantes contas da classe 5;
- Património Adquirido – Reservas e Resultados – que tem um carácter dinâmico e representa o incremento económico positivo ou negativo da atividade da entidade.

À data de 30 de junho de 2017, ainda não tinha sido efetuado o movimento de aplicação de resultados de 2016, no montante de 505.264,41 euros, recomendamos a correção desta situação, uma vez que esta contabilização deverá ser efetuada à data de aprovação das contas.

À data de 30 de junho de 2017, aquando do desreconhecimento dos acréscimos efetuados a 31 de dezembro de 2016, foi detetado que se encontravam por desreconhecer acréscimos de proveitos de água de 2015, no montante de 31.602,07 euros. Assim, procedeu-se à correção desta situação via 59. Resultados transitados.

1.4 PROVISÕES

1.4.1 Conteúdo

PROVISÕES	Saldo inicial 01.01.2014	Período 2014	Período 2015	Período 2016	Período 06.2017	TOTAL Mov.	Saldo Final 30.06.2017
Para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso	-	109.808,25	-	(4.386,10)		105.422,15	105.422,15
	-	109.808,25	-	(4.386,10)	-	105.422,15	105.422,15

44



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

À data de 31 de dezembro de 2016, a decomposição do saldo de provisões para riscos e encargos era a seguinte:

Autor	N.º Processo em curso	Valor	Provisão para outros riscos e encargos	
			JMMSROC	Município
Maria Adelaide Da Silva Araujo Menezes	495/11.7BEBRG	S/Valor		
Axa Seguros	1997/12.3BEBRG	25.798,31	2.579,83	2.579,83
Custódia do Céu Gonçalves Ribeiro	1254/13.8BEBRG	S/Valor		
Maria das Dores Martins Pereira	205/14.7TBPTB	78.177,11	78.177,11	78.177,11
Delfina Oliveira Pereira	353/12.0TBPTB	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Herança de Olívia Maria Lopes Francisco Rego	208/14.7TBPTB	9.665,21	9.665,21	9.665,21
Maria da Piedade Rodrigues Amorim	207/14.3TBPTB	S/Valor		
		Total	105.422,15	105.422,15

1.4.2 Conclusões

Da análise aos elementos fornecidos pelo serviço jurídico do Município em 14 de março de 2017 não decorre necessidade de reforçar a provisão para cobertura dos riscos.

1.5 FINANCIAMENTOS

1.5.1 Conteúdo

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.537.149,50	5.432.098,64	6.082.149,37	5.983.153,93
Conta caucionada CCAM	350.000,00		325.000,00	
	5.187.149,50	5.432.098,64	5.757.149,37	5.983.153,93
Empréstimos excecionados	1.187.416,24	1.225.077,37	1.295.304,07	1.375.302,33
CCAM	806.142,54	821.878,82	868.962,37	884.605,47
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	381.273,70	403.198,55	426.341,70	490.696,86
Empréstimos não excecionados	3.999.733,26	4.207.021,27	4.461.845,30	4.607.851,60
BPI	198.611,01	213.888,78	244.444,32	244.444,32
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2.094.949,86	2.177.413,57	2.293.253,80	2.332.060,25
PAGAR A TEMPO E HORAS	19.600,00	29.400,00	39.255,29	49.000,00
CCAM	834.313,65	883.792,54	932.485,33	980.432,49
IFDR- BEI	247.435,68	228.556,32	248.195,34	306.368,00
PAEL	604.823,06	673.970,06	704.211,22	695.546,54

1.5.2 Conclusões

Do cruzamento entre o Mapa de Responsabilidades do Banco de Portugal verificamos que para além da diferença de 40.111 entre os montantes registados na contabilidade e os valores apresentados pelas entidades bancárias, relativos às amortizações ainda não consideradas na contabilidades, existem pequenas diferenças, sem qualquer materialidade, que contudo requerem ser regularizadas.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.6 CONTAS A PAGAR

1.6.1 Conteúdo

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
FORNECEDORES	492.627,69	492.627,69	492.627,69	492.627,69
Fornecedores c/corrente	513.883,95	620.751,37	556.176,24	492.627,69
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência				
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	426.044,67	722.724,96	1.109.529,85	967.921,45
Fornecedores de imobilizado, c/c	402.664,98	699.154,62	1.067.474,05	921.559,87
Fornecedores de imobilizado, cessão de créditos		190,65		-
Fornecedores de Locação Financeira	994,86	994,86	6.705,40	11.011,18
Fornecedores de imobilizado - RESOPRE	22.384,83	22.384,83	35.350,40	35.350,40
Pessoal	698,50	1.092,48	639,83	639,83
Sindicatos	681,15	705,82	711,99	711,99
OUTROS CREDORES	736.325,05	756.310,37	837.184,09	810.275,57
Garantias e cauções	76.690,04	76.690,04	25.507,54	25.507,54
Outros credores	659.635,01	679.620,33	811.676,55	784.768,03

1.6.2 Conclusões

A circularização dos fornecedores e outros credores e análise das conciliações das respostas discordantes será realizada no final do exercício económico. Este facto não nos permite determinar/aferir as reais obrigações do Município à data.

- Da análise que efetuamos registamos as divergências relatadas no quadro abaixo, tendo solicitado aos serviços a sua correção.

Cnd Conta	Designação	Balancete Geral 06.2017	Balancete 3.ºs 06.2017	Diferença
22	FORNECEDORES	- 513.883,95 €	- 994.571,14 €	480.687,19 €
221	Fornecedores c/corrente	- 513.883,95 €	- 994.571,14 €	480.687,19 €

- Da análise à conta de Outros Credores registamos as diferenças abaixo indicadas tendo solicitado aos serviços da entidade a sua regularização.

Cod Conta	Designação	Balancete Geral 06.2017	Balancete 3.ºs 06.2017	Diferença
261	Fornecedores de imobilizado	- 426.044,67 €	- 374.053,97 €	51.990,70 €
2613	Fornecedores de Imobilizado c/c	- 402.664,98 €	- 350.674,28 €	51.990,70 €

1.7 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

1.7.1 Conteúdo

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos (EOEP) tem a seguinte decomposição:

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
Valores Ativos				
Imposto sobre o valor acrescentado	13.999,17	13.999,17	25.084,94	1.997,49
	13.999,17	13.999,17	25.084,94	1.997,49
Valores Passivos				
Retenção de impostos sobre rendimento	35.516,46	19.665,67	37.161,08	21.469,73
Imposto sobre o valor acrescentado	21.606,58	498.854,24	-	-
Restantes impostos	21,77	168,23	73,08	62,22
Contribuições para a CGA + SS + ADSE	58.578,03	24.106,25	46.945,77	24.737,14
Outras tributações	41,76		69,76	
	115.764,60	542.794,39	84.249,69	46.269,09

1.7.2 Conclusões

As retenções de IRS bem como as contribuições para regimes de proteção obrigatórios (segurança social, caixa geral de aposentações e ADSE) foram pagos dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Verificámos que à data de 30 de junho de 2017, a entidade ainda não tinha contabilizado o apuramento do imposto do mês de junho de 2017, assim, no valor passivo relativo ao imposto sobre o valor acrescentado encontram-se 9.624,91 euros relativo ao apuramento de IVA do segundo trimestre de 2017.

Da análise às contas correntes de IVA, foram detetadas anomalias entre os valores a recuperar e a pagar pela entidade, afetando de igual modo e no mesmo montante, quer o ativo, quer o passivo.

1.8 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

1.8.1 Conteúdo

A rubrica de Acréscimos e Diferimentos – Passivo tem a seguinte decomposição:

Rubricas	Períodos			
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2016	31.12.2015
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS -PASSIVO	13.889.543,22	14.686.738,25	11.971.355,20	11.513.757,33
ACRÉSCIMO DE CUSTOS	24.428,51	1.014.020,40	894.169,90	894.169,90
Renúncias a liquidar	-	496.783,76	505.337,24	505.337,24
Juros a liquidar	-	-	2.429,12	2.429,12
Outros acréscimos de custos	24.428,51	517.236,64	386.403,54	386.403,54
PROVEITOS DIFERIDOS	13.865.114,71	13.672.717,85	11.077.185,30	10.619.587,43
Subsídios para investimentos	13.865.114,71	13.672.717,85	11.077.185,30	10.619.587,43
ORÇAMENTO DO ESTADO - DGAL	602.164,08	602.164,08	655.698,88	655.698,88
Outros	13.262.950,63	13.070.553,77	10.421.486,42	9.963.888,55

1.8.2 Conclusões

À data de 30 de junho de 2017, e ao contrário do ocorrido em junho de 2016, o Município efetuou regularizações relativas à especialização dos exercícios, nomeadamente, com o desconhecimento dos gastos relativos a remunerações a liquidar e outros acréscimos de custos.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

A entidade procedeu ao desreconhecimento da integralidade dos montantes de férias e subsídios de férias à data de 30 de junho de 2017, quando deveria apenas desreconhecer a parte relativa ao 1.º semestre. Assim, os resultados estão sobreavaliados e o passivo subavaliado em 248.391,88 euros.

Relativamente aos outros acréscimos de custos apenas não foram desreconhecidos 24.428,51 euros, relativos a custos de cobrança de IMI.. A rubrica do IMI apenas tem sido movimentada pelas especializações de encerramento de contas do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	06.2017	%	12.2016	%	06.2016	%	12.2015	%
CUSTOS E PERDAS								
CMVMC:								
Mercadorias	1.060,00	0,00%	229.802,55	0,00%		0,00%		0,00%
Matérias	61.746,34	1,16%	287.890,24	2,38%	123.112,49	2,38%	282.262,57	2,34%
Fornecimentos e serviços externos	1.399.031,10	26,29%	3.131.928,62	26,04%	1.468.177,54	28,40%	3.293.316,92	27,35%
Custos com o pessoal:								
Remunerações	1.199.557,43	22,54%	3.146.384,70	26,16%	1.709.409,45	33,07%	3.138.188,20	26,06%
Encargos Sociais	317.862,96	5,97%	905.540,32	7,53%	429.309,00	8,30%	913.583,74	7,59%
Transf. e Subs. correntes concedidos	539.376,45	10,13%	878.739,48	7,30%	530.794,49	10,27%	960.545,39	7,98%
Amortizações do exercício	-	0,00%	2.305.468,35	19,17%	-	0,00%	2.223.740,15	18,47%
Provisões do exercício								
Outros custos operacionais	310,20	0,01%	1.157,45	0,01%	701,32	0,01%	6.975,39	0,06%
(A)	3.518.944,48	66,12%	10.886.911,71	90,50%	4.261.504,29	82,43%	10.818.612,36	89,84%
Custos e perdas financeiros	34.338,13	0,65%	78.195,29	0,65%	40.682,69	0,79%	96.997,05	0,81%
(C)	3.553.282,61	66,76%	10.965.107,00	91,15%	4.302.186,98	83,22%	10.915.609,41	90,65%
Custos e perdas extraordinários	328.692,34	6,18%	559.050,01	4,65%	281.886,38	5,45%	721.682,23	5,99%
(E)	3.881.974,95	72,94%	11.524.157,01	95,80%	4.584.073,36	88,67%	11.637.291,64	96,64%
Resultado líquido do exercício	1.440.466,90	27,06%	505.264,41	4,20%	585.560,46	11,33%	404.240,38	3,36%
(X)	5.322.441,85	100,00%	12.029.421,42	100,00%	5.169.633,82	100,00%	12.041.532,02	100,00%
PROVEITOS E GANHOS								
Vendas e prestação de serviços								
Venda de produtos	183.877,90	3,45%	491.590,38	4,09%	169.883,14	3,29%	484.454,16	4,02%
Prestação de serviços	240.936,41	4,53%	684.210,34	5,69%	155.576,00	3,01%	700.249,54	5,82%
Impostos e Taxas	1.054.762,15	19,82%	1.531.053,58	12,73%	892.539,87	17,27%	1.694.794,23	14,07%
Proveitos suplementares		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
Transferências e subsídios obtidos	3.761.070,02	70,66%	7.452.836,49	61,96%	3.862.872,62	74,72%	7.580.349,85	62,95%
(B)	5.240.646,48	98,46%	10.159.690,79	84,46%	5.080.871,63	98,28%	10.459.847,78	86,86%
Proveitos e ganhos financeiros	28.655,09	0,54%	35.361,39	0,29%	6.388,06	0,12%	3.000,81	0,02%
(D)	5.269.301,57	99,00%	10.195.052,18	84,75%	5.087.259,69	98,41%	10.462.848,59	86,89%
Proveitos e ganhos extraordinários	53.140,28	1,00%	1.834.369,24	15,25%	82.374,13	1,59%	1.578.683,43	13,11%
(F)	5.322.441,85	100,00%	12.029.421,42	100,00%	5.169.633,82	100,00%	12.041.532,02	100,00%
Resumo:								
Resultados Operacionais: (B - A)	1.721.702,00		(727.220,92)		819.367,34		(358.764,58)	
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	(5.683,04)		(42.833,90)		(34.294,63)		(93.996,24)	
Resultados Correntes: (D - C)	1.716.018,96		(770.054,82)		785.072,71		(452.760,82)	
Resultado líquido do período: (F - E)	1.440.466,90		505.264,41		585.560,46		404.240,38	



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.9 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

1.9.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS				
Subcontratos				
Transportes	170.462,02	253.539,98 ↓	-83.077,96 ↓	-32,77%
Espectáculos culturais e recreativos	34.905,97	13.734,26 ↑	21.171,71 ↑	154,15%
Sinalização e trânsito	1.021,27	0,00 ↑	1.021,27	n.a.
	206.389,26	267.274,24 ↓	-60.884,98 ↓	-22,78%
Fornecimentos e serviços				
Electricidade	208.027,59	317.594,06 ↓	-109.566,47 ↓	-34,50%
Combustíveis				
Gasóleo	16.963,37	29.058,76 ↓	-12.095,39 ↓	-41,62%
Gasolina	2.522,44	5.420,21 ↓	-2.897,77 ↓	-53,46%
Outros	0,00	0,00 →	0,00	n.a.
Água	18.943,00	31.263,65 ↓	-12.320,65 ↓	-39,41%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-84,88	1.179,25 ↓	-1.264,13 ↓	-107,20%
Livros e documentação técnica	9.191,10	7.280,65 ↑	1.910,45 ↑	26,24%
Material de escritório	56,39	71,24 ↓	-14,85 ↓	-20,85%
Artigos para oferta	18.900,91	25.824,37 ↓	-6.923,46 ↓	-26,81%
Rendas e alugueres	54.161,37	49.688,23 ↑	4.473,14 ↑	9,00%
Despesas de representação	12.663,34	21.372,85 ↓	-8.709,51 ↓	-40,75%
Comunicação	30.635,09	39.221,38 ↓	-8.586,29 ↓	-21,89%
Seguros	23.534,34	26.303,22 ↓	-2.768,88 ↓	-10,53%
Transportes de pessoal	168,30	152,55 ↑	15,75 ↑	10,32%
Deslocações e estadas	2.491,68	1.528,30 ↑	963,38 ↑	63,04%
Honorários	0,00	31,00 ↓	-31,00 ↓	-100,00%
Conservação e reparação	45.302,76	64.923,10 ↓	-19.620,34 ↓	-30,22%
Publicidade e propaganda	53.611,91	52.402,26 ↑	1.209,65 ↑	2,31%
Limpeza, higiene e conforto	41.823,05	22.529,16 ↑	19.293,89 ↑	85,64%
Vigilância e segurança	1.838,92	1.535,97 ↑	302,95 ↑	19,72%
Trabalhos especializados	597.275,61	459.415,97 ↑	137.859,64 ↑	30,01%
Material de educação, cultura e recreio	9.086,87	1.908,47 ↑	7.178,40 ↑	376,13%
Alimentação, roupas e calçado	-458,49	0,00 ↓	-458,49	n.a.
Encargos de cobrança	28.571,99	23.372,70 ↑	5.199,29 ↑	22,25%
Outros fornecimentos e serviços	17.415,18	18.825,94 ↓	-1.410,76 ↓	-7,49%
Materiais diversos	0,00	0,00 →	0,00	n.a.
	1.192.641,84	1.200.903,29 ↓	-8.261,45 ↓	-0,63%
Total dos FSE	1.399.031,10	1.468.177,53 ↓	-69.146,43 ↓	-4,71%

1.9.2 Recomendações

- ✓ As faturas das Águas do Norte, S.A., relativas à aquisição de água encontram-se a ser registadas na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Contas 62.2.13 Água e 62.236 Trabalhos especializados), uma vez que se trata da aquisição de água para venda aos munícipes estas aquisições deverão ser reclassificadas para uma conta de compras, nomeadamente, para a conta 311. Água. Apenas deverão ser contabilizados em fornecimentos e serviços externos os gastos relativos ao saneamento.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017



Lei dos compromissos

A aplicação da lei dos compromissos não está a ser cumprida na íntegra em virtude de nos mesmos não se fazem menção ao número de cabimento, compromisso, requisição ou contrato. **Recomendamos atenção para o cumprimento eficaz desta lei, uma vez que a mesma não admite qualquer exceção.**

1.10 GASTOS COM O PESSOAL

A 30 de junho de 2017 os gastos com pessoal da entidade dividem-se da seguinte forma:

Descrição	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
Gastos com pessoal				
Remunerações dos órgãos autárquicos	54.417,64	52.999,62 ↑	1.418,02 ↑	2,68%
Remunerações do pessoal	1.145.139,79	1.656.409,83 ↓	-511.270,04 ↓	-30,87%
Encargos sobre remunerações	224.106,38	343.637,86 ↓	-119.531,48 ↓	-34,78%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profi	24.578,25	16.581,65 ↑	7.996,60 ↑	48,23%
Outros custos com pessoal	69.178,33	69.089,49 ↑	88,84 ↑	0,13%
	1 517 420,39	2 138 718,45 ↓	-621 298,06 ↓	-29,05%

1.10.1 Conclusões

Em resultado da revisão analítica efetuada concluímos que os gastos com pessoal diminuíram (29 %) face ao período homólogo, em resultado, essencialmente, do desreconhecimento dos acréscimos de férias e subsídio de férias relativos a 2016, e pagos em 2017, no montante de 496.783,76 euros. **A entidade procedeu ao desreconhecimento da integralidade dos montantes de férias e subsídios de férias à data de 30 de junho de 2017, quando deveria apenas desreconhecer a parte relativa ao 1.º semestre. Assim, os resultados estão sobreavaliados e o passivo subavaliado em 248.391,88 euros.**

Em junho de 2017 o município possui 238 colaboradores, 249 em junho de 2016.

Dos testes efetuados à rubrica de pessoal, podemos inferir o seguinte:

- Da nossa análise efetuada ao processamento de salários do mês de maio de 2017, verificámos que as despesas pagas estão corretamente suportadas e registadas de acordo com a sua classificação orçamental (económica e orgânica). Na contabilidade patrimonial verificámos que relativamente à contabilização dos encargos com a entidade patronal quer em relação à Segurança Social quer em relação à Caixa Geral de Aposentações a entidade utiliza o regime de caixa uma vez que regista estes custos no mês em que os mesmos são pagos. **Recomendamos a regularização desta situação para que seja respeitado o regime do acréscimo preconizado no POCAL. exista uma correta especialização dos exercícios, uma vez que, os gastos devem ser contabilizados no mês a que respeitam independentemente do seu pagamento.**
- Da análise efetuada verificámos a correção dos cálculos relativos aos descontos efetuados para as entidades obrigatórias.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

- A entidade regista os encargos da entidade patronal com Segurança Social e com a Caixa Geral de Aposentações no mês seguinte a que os mesmos respeitam.
- Relativamente a estes encargos verificámos que os mesmos são registados na conta 26.8.9.9 – Diversos terceiros, em vez de serem registados numa subconta apropriada da 24.- Estado e outros Entes Públicos.
- Relativamente às remunerações pagas aos Estagiários a entidade apenas regista o gasto das remunerações no mês seguinte ao que as mesmas respeitam, recomendamos a regularização esta situação para que exista uma correta especialização dos exercícios.
- Até 31 de dezembro de 2016, a entidade apenas efetuava a especialização dos exercícios no final do ano, razão pela qual, a 30 de junho de 2016, os acréscimos de custos relativos às férias e subsídios de férias de 2015 pagas em 2016 não tinham sido objeto de qualquer ajustamento. Em junho de 2017, foram desreconhecidos os gastos com férias e subsídios de férias de 2016 pagas em 2017.

1.11 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS. CORRENTES CONCEDIDOS

1.11.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS				
Transferências correntes concedidas				
Administrações públicas	301.503,62	307.561,75 ↓	-6.058,13 ↓	-1,97%
ESCOLAS	22.815,28	38.097,62 ↓	-15.282,34 ↓	-40,11%
Freguesias	150.223,05	160.013,38 ↓	-9.790,33 ↓	-6,12%
Associações de Municípios	0,00	1.500,00 ↓	-1.500,00 ↓	-100,00%
Outros	128.465,29	107.950,75 ↑	20.514,54 ↑	19,00%
Administrações privadas	158.609,81	184.339,84 ↓	-25.730,03 ↓	-13,96%
Instituições particulares	158.609,81	184.339,84 ↓	-25.730,03 ↓	-13,96%
Famílias	79.263,02	38.892,90 ↑	40.370,12 ↑	103,80%
Total das transferências e subsídios correntes C. Prest. Sociais	539.375,45	530.794,49 ↑	8.581,96 ↑	1,62%

1.11.2 Conclusões

Da análise efetuada verificámos que as despesas pagas estão corretamente suportadas e registadas de acordo com a sua classificação orçamental (económica e orgânica) e patrimonial.

1.12 CUSTOS E PERDAS E PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

1.12.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS				
Juros suportados				
De curto prazo	1.509,58	2.410,12 ↓	-900,54 ↓	-37,36%
Empréstimos bancários	31.816,24	37.424,15 ↓	-5.607,91 ↓	-14,98%
Locação de outros bens	0,00	222,60 ↓	-222,60 ↓	-100,00%
Serviços bancários	40,00	35,00 ↑	5,00 ↑	14,29%
Outros não especificados	972,31	590,82 ↑	381,49 ↑	64,57%
	34.338,13	40.682,69 ↓	-6.344,56 ↓	-15,60%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS				
Rendimentos de imóveis				
Terrenos e recursos naturais	6.375,00	0,00 ↑	6.375,00	n.a.
OUTRAS	22.280,09	6.388,06 ↑	15.892,03 ↑	248,78%
Total dos Proveitos e Ganhos Financeir	28.655,09	6.388,06 ↑	22.267,03 ↑	348,57%
Resultado financeiro	-5.683,04	-34.294,63 ↑	28.611,59 ↓	-83,43%

1.12.2 Conclusões

Os encargos de juros registados na rubrica 68.1 Juros suportados, são registados na contabilidade aquando o seu pagamento não sendo corretamente respeitado o Princípio da Especialização dos Exercícios.

1.13 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS E PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

1.13.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS				
Transferências de capital concedidas				
Administrações Públicas	89.618,39	125.464,48 ↓	-35.846,09 ↓	-28,57%
Administrações Privadas	236.000,00	149.100,00 ↑	86.900,00 ↑	58,28%
Famílias	2.075,50	3.910,00 ↓	-1.834,50 ↓	-46,92%
Outros custos e perdas extraordinários	998,45	3.411,90 ↓	-2.413,45 ↓	-70,74%
Total Custos e Perdas Extraordinárias	328.692,34	281.886,38 ↑	46.805,96 ↑	16,60%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS				
Restituição de impostos	0,00	0,00 ⇌	0,00	n.a.
Ganhos em imobilizações	0,00	0,00 ⇌	0,00	n.a.
Benefícios de penalidades contratuais	34.755,12	6.756,16 ↑	27.998,96 ↑	414,42%
Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00 ⇌	0,00	n.a.
Correcções relativas a exercícios anteriores	-63.587,81	0,00 ↓	-63.587,81	n.a.
Outros proveitos de ganhos extraordinários	81.972,97	75.617,97 ↑	6.355,00 ↑	8,40%
...	0,00	0,00 ⇌	0,00	n.a.
Total dos Proveitos e Ganhos Extraordinários	53.140,28	82.374,13 ↓	-29.233,85 ↓	-35,49%
Resultado extraordinário	-275.552,06	-199.512,25 ↓	-76.039,81 ↑	38,11%



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.13.2 Conclusões

À data de 30 de junho de 2017, a entidade procedeu ao desreconhecimento do montante de 63.587,81 euros relativos a água e eletricidade relativa a 2016, reconhecida em 2016, originando um saldo devedor na conta 79.71 Correções relativas a exercícios anteriores. **Recomendamos a correção desta situação com a contabilização da respetiva guia de receita.**

1.14 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.14.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
Vendas				
Produtos acabados e intermédios	183.877,90	169.883,14 ↑	13.994,76 ↑	8,24%
	183.877,90	169.883,14 ↑	13.994,76 ↑	8,24%
Prestações de serviços				
Transportes colectivos de pessoas e mercadoria	14.664,31	14.861,43 ↓	-197,12 ↓	-1,33%
Trabalhos por conta de particulares	6.783,07	5.340,20 ↑	1.442,87 ↑	27,02%
Cemitérios	7.138,26	12.232,41 ↓	-5.094,15 ↓	-41,64%
Instalações desportivas, culturais e recreativas	44.713,09	40.334,00 ↑	4.379,09 ↑	10,86%
PARQUES DE ESTACIONAMENTO	9.571,87	10.042,31 ↓	-470,44 ↓	-4,68%
Outras prestações de serviços	158.065,81	72.765,65 ↑	85.300,16 ↑	117,23%
	240.936,41	155.576,00 ↑	85.360,41 ↑	54,87%
Total das vendas e prestações de serviços	424.814,31	325.459,14 ↑	99.355,17 ↑	30,53%

1.14.2 Conclusões

A entidade utiliza o regime de caixa no registo das vendas e prestação de serviços. Este facto origina uma contingência fiscal em virtude de o IVA não estar a ser corretamente liquidado. De igual modo, os proveitos não estão a ser integralmente reconhecidos no período em que ocorrem, conforme o preconizado pelo POCAL.

O lançamento correto será:

- Pela emissão da fatura contabilizar em cada mês o total do valor faturado, do IVA liquidado e do montante a receber numa conta de terceiros (conta 21 clientes). A declaração do IVA deve ser preenchida com estes elementos e o IVA deve ser entregue ao estado tendo por base estes valores.

- Pelo recebimento o registo será a débito do banco e a crédito dos clientes e nesta data reconhecer a receita.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

1.15 IMPOSTOS E TAXAS

1.15.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
Impostos directos				
IUC	125.271,53	116.739,46 ↑	8.532,07 ↑	7,31%
SISA	55.389,24	0,00 ↑	55.389,24	n.a.
Derrama	7.905,24	50.433,33 ↓	-42.528,09 ↓	-84,33%
IMT	103.669,26	91.181,70 ↑	12.487,56 ↑	13,70%
IMI	662.874,09	559.576,58 ↑	103.297,51 ↑	18,46%
Impostos indirectos				
Outros	12.871,84	3.883,09 ↑	8.988,75 ↑	231,48%
Taxas				
Mercados e feiras	49.804,52	42.806,72 ↑	6.997,80 ↑	16,35%
Loteamentos e obras	36.007,64	26.927,51 ↑	9.080,13 ↑	33,72%
Ocupação da via pública	1,45	230,45 ↓	-229,00 ↓	-99,37%
Outras	957,34	761,03 ↑	206,31 ↑	27,11%
Reembolsos e restituições	0,00	0,00 →	0,00	n.a.
Total de Impostos e Taxas	1 054 762,15	892 539,87 ↑	162 222,28 ↑	18,18%

1.16 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

1.16.1 Conteúdo

	30.06.2017	30.06.2016	Δ Valor	Δ %
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS				
Transferências correntes				
Fundo de equilíbrio financeiro	2.534.502,00	2.447.824,16 ↑	86.677,84 ↑	3,54%
fundo social municipal	132.798,00	132.798,00 →	0,00 →	0,00%
Participação fixa no IRS	106.422,00	117.270,00 ↓	-10.848,00 ↓	-9,25%
IEFP	38.662,23	15.484,50 ↑	23.177,73 ↑	149,68%
QCA III ESTAGIOS	0,00	0,00 →	0,00	n.a.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	562.913,92	607.324,81 ↓	-44.410,89 ↓	-7,31%
DIVERSOS	68.729,61	46.762,47 ↑	21.967,14 ↑	46,98%
Transferências de capital				
Fundo coesão municipal	35.432,25	0,00 ↑	35.432,25	n.a.
Fundo de equilíbrio financeiro	281.610,00	271.980,00 ↑	9.630,00 ↑	3,54%
Administrações privadas	0,00	223.428,68 ↓	-223.428,68 ↓	-100,00%
Exterior	0,00	0,00 →	0,00	n.a.
Total de Transferências e Subsídios Obtidos	3 761 070,02	4 086 301,30 ↓	-325 231,28 ↓	-7,96%

Procedemos à análise dos valores aprovados no Orçamento do Estado para 2017 e os valores constantes da contabilidade a 30 de junho de 2017 e concluímos pela razoabilidade dos valores contabilizados.



SECÇÃO III – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei 77/2013, o nosso trabalho consistiu, essencialmente, na validação do grau de execução de cada uma das rubricas orçamentais com data de referência a 30 de junho de 2017 e da sua adequada contabilização, bem como da validação dos procedimentos de contratação pública.

O Município no atual quadro legal apenas tem que elaborar a Conta de Gerência anualmente e com referência ao final do ano, no entanto, é possível obter do sistema informação sobre a posição da execução orçamental a determinada data.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes, desde que no mínimo as receitas correntes financiem as despesas correntes.

Verificámos assim que, o Município cumpriu em todas as fases o princípio do duplo equilíbrio previsto no POCAL dado que os recursos cobrem todas as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes, como se demonstra:

30.06.2017					30.06.2016				
Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Execução 30/06/2017	Taxa Execução	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Execução 30/06/2016	Taxa Execução	
Despesas Correntes	11 373 230,00	11 383 024,03	5 380 079,91	47,26%	9 928 461,98	9 926 461,96	4 368 497,60	44,01%	
Despesas de capital	7 483 463,00	7 535 563,00	1 708 665,88	22,67%	6 449 648,00	6 579 014,11	1 521 293,33	23,12%	
Outras despesas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	
TOTAL DA DESPESA	18 856 693,00	18 918 587,03	7 088 745,79	37,47%	16 376 109,96	16 505 476,07	5 889 790,93	35,68%	
Receitas correntes	11 892 807,00	11 892 807,00	5 433 026,90	45,68%	11 467 188,15	11 467 188,15	4 677 964,74	40,79%	
Receitas de capital	6 983 886,00	6 963 886,00	1 672 447,43	24,02%	4 908 921,81	4 908 921,81	1 321 570,38	26,92%	
Outras receitas	0,00	61 894,03	61 894,03	100,00%	0,00	129 366,11	129 366,11	100,00%	
TOTAL DA RECEITA	18 856 693,00	18 918 587,03	7 167 368,36	37,89%	16 376 109,96	16 505 476,07	6 128 901,23	37,13%	
Cobertura da despesa corrente	60%	60%	75%	125%	61%	60%	71%		
Cobertura da despesa de capita	40%	40%	24%	60%	39%	40%	25%		

O Mapa acima apresenta de forma agregada, o orçamento corrigido com as modificações ocorridas durante o primeiro semestre de 2017 e a comparação com a sua execução, podendo-se verificar que:

- Em termos globais, verifica-se uma taxa de execução da receita em 37,89% (37,13% em 30/6/2016), a qual, em termos percentuais, é ligeiramente superior à taxa de execução da despesa no valor de 37,47% (35,68% em 30/6/2016).
- A execução orçamental da despesa corrente e da receita corrente foi conseguida em 47,26% (44,01% em 30/6/2016) e 45,68% (40,79% em 30/6/2016), respetivamente, tendo, desta forma, as receitas correntes conseguido financiar as despesas correntes na sua totalidade.
- A execução da despesa de capital cifrou-se nos 22,67% (23,12% em 30/6/2016) e da receita de capital nos 24,02% (26,92% em 30/6/2016).



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

Por seu lado, o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no artigo 40º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (doravante, designado RFALEI) estabelece que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

Verificámos assim que, o Município, neste primeiro semestre de 2017, não cumpre o equilíbrio orçamental, pois a diferença entre a receita corrente bruta cobrada com a soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo é negativa de 498.108,30 euros.

Descrição		30.06.2017	31.12.2016
Receitas correntes cobradas brutas		5 433 026,90	10 263 263,12 €
Despesas correntes pagas		5 380 079,91	8 974 569,28 €
Saldo corrente		52 946,99	1 288 693,84
Amortização média dos EMLP		551 055,29	520 961,24
Saldo corrente deduzido das amortizações		-498 108,30	767 732,60
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas	271 651,35	513 163,16
	Conclusão	Incumprimento	Cumprimento

A. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Orçamento para 2017 regista um ligeiro aumento de 14,62% relativamente ao do período anterior, apresentando a nível da despesa um maior crescimento das despesas correntes (14,67%) do que as despesas de capital (14,54%).

Classificação Económica da Despesa	2017			2016			Variação intercalar 2017.06 - 2016.06			
	Orçamentado	Pago	Grau de execução Orçamental	Orçamentado	Pago	Grau de execução Orçamental	Δ Valor Orçamentado	Δ % Orçamentado	Δ Valor Pago	Δ % Pago
Despesa Corrente	11 383 024,03	5 380 079,91	47,28%	9 926 461,96	4 368 497,60	44,01%	1 456 562,07	14,67%	1 011 582,31	23,16%
Despesa de Capital	7 535 563,00	1 708 665,88	22,67%	6 579 014,11	1 521 293,33	23,12%	956 548,89	14,54%	187 372,55	12,32%
TOTAL	18 918 587,03	7 088 745,79	37,47%	16 505 476,07	5 889 790,93	35,68%	2 413 110,96	14,62%	1 198 954,86	20,36%

Desagregando a despesa por rubrica obtemos o seguinte mapa:

Codigo	Designação	2017.06			2016.06			Variação intercalar 2017.06 - 2016.06			
		Orçamentado	Pago	Grau de execução Orçamental	Orçamentado	Pago	Grau de execução Orçamental	Δ Valor Orçamentado	Δ % Orçamentado	Δ Valor Pago	Δ % Pago
01	Despesas com o pessoal	4 681 352,00	2 028 736,10	43,34%	4 520 455,46	2 146 395,94	47,48%	160 896,54	3,56%	-117 659,84	-5,48%
02	Aquisição de bens de serviços	4 804 897,03	2 150 328,58	44,75%	4 071 806,50	1 610 860,67	39,56%	733 090,53	18,00%	539 467,91	33,48%
03	Juros e outros encargos	103 700,00	34 298,13	33,07%	121 500,00	40 847,68	33,65%	-17 800,00	-14,65%	-6 349,56	-15,62%
04	Transferências correntes	1 166 675,00	565 338,68	48,46%	1 121 500,00	554 909,14	49,48%	45 175,00	4,03%	10 429,54	1,83%
06	Outras despesas correntes	626 400,00	601 378,42	96,01%	91 200,00	15 684,16	17,20%	535 200,00	586,84%	585 694,26	3734,30%
07	Aquisição de bens de capital	5 665 850,00	1 029 184,08	18,16%	4 164 311,11	1 053 023,94	25,29%	1 501 538,89	36,06%	-23 839,86	-2,26%
08	Transferências de capital	735 000,00	297 731,66	40,51%	1 211 000,00	242 264,83	20,01%	-476 000,00	-39,31%	55 466,83	22,90%
09	Ativos financeiros	73 703,00	36 801,00	49,93%	148 703,00	0,00	0,00%	-75 000,00	-50,44%	36 801,00	n.a.
10	Passivos financeiros	1 061 010,00	344 949,14	32,51%	1 065 000,00	226 004,56	21,42%	6 010,00	0,57%	118 944,58	52,63%



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

Do mapa acima decorre um significativo aumento das despesas com o pessoal, das aquisições de bens e serviços, das transferências correntes, das outras despesas correntes, da aquisição de bens de capital e dos passivos financeiros em contraponto com a ligeira redução das outras rubricas da despesa, com especial relevância para as transferências de capital, dos ativos financeiros e dos juros e outros encargos neste primeiro semestre de 2017 quando comparado com o período homólogo anterior.

B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O crescimento do Orçamento para 2017 foi realizado essencialmente a nível das receitas de capital que apresentam um crescimento significativo de 41,88% enquanto as receitas correntes apresentam um reduzido crescimento de 3,71% e, apesar do seu muito reduzido peso relativo, as outras receitas apresentam mesmo uma ligeira redução (52,16%).

O total da receita orçamental no 1.º semestre de 2017 foi de, aproximadamente, 7.1 milhões de euros, discriminadas da seguinte forma por grandes rubricas:

Classificação Económica da Receita	2017.06				2016.06				Variação entre 2017.06 - 2016.06			
	Orçamentado	Cobrado	Reembolsos/Restituições	Grav de execução Orçamental	Orçamentado	Cobrado	Reembolsos/Restituições	Grav de execução Orçamental	A Valor Orçamentado	A % Orçamentado	A Valor cobrado	A % Cobrado
Receitas Correntes	11.892.807,00	5.433.026,90	104,34	45,68%	11.467.113,15	4.677.964,74	22,10	40,79%	425.618,85	3,71%	755.062,16	16,14%
Receitas de Capital	6.963.886,00	1.672.447,43	0,00	24,02%	4.908.921,81	1.321.570,38	0,00	26,92%	2.054.964,15	41,88%	350.877,05	26,55%
Outras Receitas	61.894,03	61.894,03	0,00	100,00%	129.366,11	129.366,11	0,00	100,00%	-67.472,08	-52,16%	-67.472,08	-52,16%
TOTAL	18.918.587,03	7.167.368,36	104,34	37,13%	16.505.475,07	6.128.901,23	22,10	37,13%	2.413.110,96	14,62%	1.038.467,13	16,94%

Desagregando a receita por rubrica obtemos o seguinte mapa:

Código	Designação	2017.06				2016.06				Variação entre 2017.06 - 2016.06			
		Orçamentado	Cobrado	Reembolsos/Restituições	Grav de execução Orçamental	Orçamentado	Cobrado	Reembolsos/Restituições	Grav de execução Orçamental	A Valor Orçamentado	A % Orçamentado	A Valor cobrado	A % Cobrado
01	Impostos diretos	1.465.073,00	954.935,11	0,00	65,18%	1.484.893,13	817.694,04	0,00	55,07%	-19.820,16	-1,33%	137.241,07	16,78%
02	Impostos indiretos	4.282,00	7.384,66	0,00	172,46%	4.441,89	1.257,18	0,00	28,30%	-159,89	-3,60%	6.127,48	487,40%
04	Taxas, multas e outras penalidades	204.184,00	139.317,29	0,00	68,23%	209.950,78	90.233,25	0,00	42,93%	-5.766,78	-2,75%	49.084,04	54,40%
05	Rendimentos da propriedade	455.616,00	306.245,04	0,00	67,22%	715.109,32	10.416,34	0,00	1,46%	-259.493,32	-36,28%	295.828,70	2840,04%
06	Transferências correntes	8.887.670,00	9.444.027,76	0,00	38,75%	7.091.568,00	3.367.463,94	0,00	47,49%	1.796.102,00	25,33%	76.563,82	2,27%
07	Venda de bens e serviços correntes	774.658,00	389.707,18	104,34	50,29%	1.632.225,00	318.434,40	22,10	19,51%	-857.567,00	-52,54%	71.272,78	22,38%
08	Outras receitas correntes	101.324,00	191.408,83	0,00	113,91%	329.000,00	71.465,59	0,00	22,03%	-227.676,00	-69,20%	118.944,27	164,14%
09	Venda de bens de investimento	138.560,00	6.375,00	0,00	4,60%	85.560,00	0,00	0,00	0,00%	53.000,00	61,94%	6.375,00	n.a.
10	Transferências de capital	6.251.917,00	749.480,75	0,00	11,99%	4.110.361,81	953.006,55	0,00	23,19%	2.141.555,19	52,10%	-203.525,80	-21,36%
11	Ativos financeiros	35.645,00	22.279,71	0,00	62,50%	6.000,00	6.387,68	0,00	106,46%	29.645,00	484,08%	15.892,03	248,79%
12	Passivos financeiros	537.744,00	450.000,00	0,00	83,88%	705.000,00	362.176,15	0,00	51,37%	-167.256,00	-23,72%	87.823,85	24,25%
13	Outras receitas de capital	20,00	444.311,97	0,00	2221.559,85%	2.000,00	0,00	0,00	0,00%	-1.980,00	-99,00%	444.311,97	n.a.
16	Saldo da gerência anterior	61.894,03	61.894,03	0,00	100,00%	129.366,11	129.366,11	0,00	100,00%	-67.472,08	-52,16%	-67.472,08	-52,16%

Ao nível da receita cobrada com exceção das transferências de capital e do saldo da gerência anterior verifica-se o crescimento de todas as rubricas das receitas, salientando-se pelos montantes atingidos as outras receitas de capital, os rendimentos de propriedade, os impostos diretos e as outras receitas correntes que aumentaram 444.311,97 euros, 295.828,70 euros, 137.241,07 euros e 118.944,27 euros, respetivamente.

Inversamente as receitas com transferências de capital diminuíram de 203.525,80 euros e o saldo da gerência anterior diminuiu 64.472,08 euros.

**C. RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Para completar a análise, apresentam-se alguns rácios de execução orçamental:

	2017.06	2016.06	2015.06	Variação 2017.06- 2016.06	Variação 2016.06- 2015.06
Rátios da estrutura da despesa					
Receita total/Despesa total	100,24%	101,86%	101,88%	↓	↓
Receita corrente/Despesa corrente	100,98%	107,08%	123,70%	↓	↓
Despesas com pessoal/Despesa total	28,62%	36,44%	32,41%	↓	↑
Despesas com pessoal/Fundos municipais	1527,69%	1616,29%	1597,42%	↓	↑
Aquisição de bens e serv./Despesa total	30,33%	27,35%	21,99%	↑	↑
Serviços Dívida/Despesa total	0,48%	0,69%	0,82%	↓	↓
Receita de capital/Despesa de capital	97,88%	86,87%	60,54%	↑	↑
Passivos financeiros/Despesa total	4,87%	3,84%	6,82%	↑	↓
Receitas próprias/Despesa total	28,15%	22,25%	28,50%	↑	↓
Despesas com pessoal/Receita Total	28,55%	35,78%	31,81%	↓	↑
Investimento/Despesa Total	14,52%	17,88%	21,31%	↓	↓
Despesa corrente/Receita corrente	99,03%	93,38%	80,84%	↑	↑
Transferências/Receita total	59,02%	72,01%	63,28%	↓	↑
Rátios da estrutura da receita					
Receitas próprias/receita total	28,08%	21,84%	27,97%	↑	↓
Impostos diretos/receita total	13,44%	13,63%	14,59%	↓	↓
Investimento/Receita Total	14,48%	17,55%	20,91%	↓	↓
Passivos financeiros/Receita Total	6,33%	6,04%	8,73%	↑	↓

Os indicadores Receita Total/Despesa Total e Receita Corrente/Despesa Corrente indicam-nos, conforme já acima referimos, que o Município cumpriu o princípio do duplo equilíbrio previsto no POCAL.

Porém, deve registar-se a evolução negativa da Aquisição de bens e serviços e dos Passivos financeiros que viram aumentar o seu peso na Despesa Total bem como a redução do grau de coberturas das despesas correntes pelas receitas correntes.

Inversamente, deve registar-se a evolução positiva das Receitas próprias na Receita Total, das Despesas com o Pessoal na Despesa Total, da cobertura da Despesa de Capital pela Receita de Capital e do Serviço da Dívida na Despesa Total. Contudo, deve ter-se em consideração que no período em análise, quanto à contabilidade orçamental, não foi respeitado o princípio do acréscimo que pode influenciar a evolução do Serviço da Dívida.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

SECÇÃO IV – ENDIVIDAMENTO

A evolução do endividamento nos dois primeiros trimestres do exercício comparados com os do ano anterior resume-se conforme quadro seguinte:

Código	Descrição	Prazo	1.º Trimestre 2017		1.º Trimestre 2017		1.º Trimestre 2016		1.º Trimestre 2016	
			Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.
217	CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	Curto Prazo	420 252,04	76 690,04	420 252,04	420 252,04	25 507,54	25 507,54	25 507,54	25 507,54
221	FORNECEDORES, C/C	Curto Prazo	641 746,52	513 633,95	620 755,37	641 746,52	613 290,03	556 176,24	505 806,67	613 290,03
2311111	EMPRÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS	Curto Prazo	450 000,00	350 000,00	0,00	450 000,00	325 000,00	0,00	0,00	325 000,00
2421	TRABALHO DEPENDENTE	Curto Prazo	18 163,00	35 370,00	19 530,00	18 163,00	21 057,00	36 937,00	21 246,00	21 057,00
2424	PREDIAIS	Curto Prazo	146,46	146,46	146,46	146,46	146,44	146,67	115,44	146,44
2429	SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	Curto Prazo	23,00	0,00	0,00	23,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2433	IVA - LIQUIDADO	Curto Prazo	0,00	9 634,91	0,00	0,00	5 776,25	5 776,25	10 143,52	5 776,25
2436	IVA - A PAGAR	Curto Prazo	128 098,71	11 981,67	498 854,24	128 098,71	0,00	0,00	0,00	0,00
2441	IMPOSTO DE SEL	Curto Prazo	35,25	21,77	126,47	35,25	51,29	73,08	62,22	51,29
2451	ADSE	Curto Prazo	0,00	13 663,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2452	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	Curto Prazo	12 283,56	24 137,90	12 873,67	12 283,56	13 304,62	25 343,25	13 283,52	13 304,62
24532	DOS TRABALHADORES	Curto Prazo	10 838,46	20 776,20	11 232,58	10 809,46	11 580,78	21 602,52	11 473,62	11 580,78
249	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	Curto Prazo	41,76	41,76	41,76	41,76	120,00	69,78	0,00	120,00
252	CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	Curto Prazo	35 148,79	11 326,26	0,00	35 148,79	90 651,66	14 160,68	0,00	90 651,66
2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C	Curto Prazo	728 987,13	425 049,81	721 730,10	728 987,13	993 140,14	1 102 824,45	709 927,67	993 140,14
2613	LEASING	Curto Prazo	994,86	994,86	994,86	994,86	8 871,56	6 705,40	6 597,93	8 871,56
2625	...	Curto Prazo	29,68	29,68	26,68	26,68	20,24	20,24	10,12	20,24
2629	OUTRAS OPERAÇÕES COM O PESSOAL	Curto Prazo	229,07	688,82	1 062,80	229,07	631,18	632,16	626,71	631,18
263	SINDICATOS	Curto Prazo	0,00	681,15	705,82	0,00	706,67	699,84	711,99	706,67
2684	CREDORES DE TRANSFERÊNCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	Curto Prazo	1 295,36	4 385,36	1 295,36	1 295,36	2 300,00	1 970,00	0,00	2 300,00
2685	...	Curto Prazo	6 635,86	12 032,74	8 046,26	6 635,86	8 340,84	7 986,79	8 225,46	8 340,84
2689	...	Curto Prazo	289 537,71	299 284,27	0,00	289 537,71	330 087,52	344 587,11	334 119,19	330 087,52
268126	Fundo de Apoio Municipal	Médio e Longo Prazo	368 017,73	331 216,73	368 017,73	368 017,73	441 619,73	441 619,73	478 420,73	441 619,73
2312111	EMPRÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS	Médio e Longo Prazo	4 092 075,39	3 989 733,26	4 207 021,27	4 082 075,39	4 537 470,34	4 461 845,30	4 607 851,60	4 537 470,34
2312112	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS	Médio e Longo Prazo	1 200 308,37	1 387 416,34	1 225 077,37	1 200 308,37	1 308 117,13	1 295 304,07	1 375 302,33	1 308 117,13
Total			8 578 840,44	7 329 167,77	8 514 756,05	8 578 840,44	8 737 800,71	8 674 987,08	8 105 147,46	8 737 800,71

Neste primeiro semestre de 2017, muito especialmente no segundo trimestre, verificamos uma significativa redução do endividamento do Município no seguimento com o evidenciado no período homólogo de 2016, em que o endividamento registou uma ligeira redução.

A análise ao endividamento do segundo trimestre de 2017 comparada com o período homólogo anterior é resumida pelo quadro seguinte:

2.º Trimestre 2017										
Código	Descrição	Prazo	2.º Trimestre 2017		2.º Trimestre 2016		2.º Trimestre 2016		Variação 2017/2016	
			Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.	Valor Real	Valor Nom.
217	CLIENTES E UTENTES C/ CAUÇÕES	Curto Prazo	76 690,04	25 507,54	31 491,77	51 182,50	200,66%	-5 984,23	-19,00%	
221	FORNECEDORES, C/C	Curto Prazo	513 633,95	556 176,24	739 205,33	-42 292,29	-7,80%	-183 029,09	-24,76%	
231111	EMPRÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS	Curto Prazo	350 000,00	325 000,00	280 000,00	25 000,00	7,89%	45 000,00	16,07%	
2421	TRABALHO DEPENDENTE	Curto Prazo	35 370,00	36 937,00	39 729,00	-1 567,00	-4,24%	-7 792,00	-7,09%	
2422	TRABALHO INDEPENDENTE	Curto Prazo	0,00	0,00	270,29	0,00	n.a.	-270,29	-100,00%	
2424	PREDIAIS	Curto Prazo	146,46	146,46	96,00	0,79	0,54%	49,67	51,74%	
2433	IVA - LIQUIDADO	Curto Prazo	9 634,91	5 776,25	0,00	3 848,66	66,63%	5 776,25	n.a.	
2436	IVA - A PAGAR	Curto Prazo	11 981,67	0,00	2 741,08	11 981,67	n.a.	-2 741,08	-100,00%	
2441	IMPOSTO DE SEL	Curto Prazo	21,77	73,08	10,35	-51,31	-70,21%	62,73	606,09%	
2451	ADSE	Curto Prazo	13 663,93	0,00	548,17	13 663,93	n.a.	-548,17	-100,00%	
2452	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	Curto Prazo	24 137,90	25 343,25	26 023,89	-1 205,35	-4,78%	-680,64	-2,62%	
24532	DOS TRABALHADORES	Curto Prazo	20 776,20	21 602,52	21 085,84	-826,32	-3,83%	516,68	2,45%	
249	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	Curto Prazo	41,76	69,76	0,00	-28,00	-73,14%	69,76	n.a.	
252	CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	Curto Prazo	11 326,26	34 160,68	85 792,78	-2 834,42	-20,02%	-71 637,20	-83,49%	
2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C	Curto Prazo	425 049,81	1 102 824,45	527 104,16	-677 774,64	-61,48%	-575 720,29	-108,22%	
2613	LEASING	Curto Prazo	994,86	6 705,40	10 762,09	-5 710,54	-85,16%	-4 076,69	-37,41%	
2625	...	Curto Prazo	29,68	20,24	0,00	9,44	46,64%	20,24	n.a.	
2629	OUTRAS OPERAÇÕES COM O PESSOAL	Curto Prazo	688,82	632,16	597,19	36,66	5,80%	34,97	5,86%	
263	SINDICATOS	Curto Prazo	681,15	699,84	735,37	-18,69	-2,67%	-35,53	-4,83%	
2681	DEVEDORES E CREDITORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	Curto Prazo	0,00	0,00	320 570,51	0,00	n.a.	-320 570,51	-100,00%	
2684	CREDORES DE TRANSFERÊNCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	Curto Prazo	4 395,36	1 970,00	0,00	2 425,36	123,11%	1 970,00	n.a.	
2685	...	Curto Prazo	12 032,74	7 986,79	8 210,63	4 045,85	50,66%	-223,84	-2,73%	
2689	...	Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	n.a.	
2689	...	Curto Prazo	299 284,27	344 587,11	382 303,70	-45 302,84	-13,15%	-37 716,59	-9,87%	
268126	Fundo de Apoio Municipal	Médio e Longo Prazo	331 216,73	412 619,73		-110 403,00	-25,00%	441 619,73	n.a.	
2312111	EMPRÉSTIMOS NÃO EXCEPCIONADOS	Médio e Longo Prazo	3 999 733,26	4 461 845,30	4 808 752,01	-462 112,04	-10,36%	-346 906,71	-7,71%	
2312112	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS	Médio e Longo Prazo	1 287 416,24	1 295 304,07	1 428 288,05	-107 677,83	-8,33%	-132 984,78	-9,31%	
Total			7 329 167,77	8 578 840,44	8 714 380,01	-135 819,31	-15,51%	-39 351,93	-0,45%	



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

No final do primeiro semestre de 2017, a situação do endividamento do Município, não considerando o valor das cauções de clientes, resumia-se da seguinte forma:

MATRIÇAS DE DÍVIDAS - CONHECIDA NA CONTABILIDADE	01.2017	12.2016	11.2015	Variação 06/2017/12.2016	
				À Valor	Δ%
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO					
Caixa Geral de Depósitos	2 476 223,56	2 580 612,12	2 868 325,49	-104 388,56	-4,05%
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	1 990 456,19	1 705 671,36	1 839 069,58	284 784,83	16,70%
Banco Português de Investimentos	198 611,01	213 888,78	244 444,32	-15 277,77	-7,14%
Estado Português (PAEL +PTH)	624 423,06	703 370,06	763 852,38	-78 947,00	-11,22%
IFDR - BEI	247 435,68	228 556,32	267 462,16	18 879,36	8,26%
Dívida total a instituições de crédito	5 537 149,50	5 432 098,64	5 983 153,93	105 050,86	1,93%
FORNECEDORES					
Fornecedores c/c	513 883,95	620 751,37	492 627,69	-106 867,42	-17,22%
Fornecedores de Imobilizado c/c	425 049,81	721 730,10	956 910,27	-296 680,29	-41,11%
Fornecedores de Locação Financeira	994,86	994,86	11 011,18	0,00	0,00%
Dívida total a fornecedores	939 928,62	1 343 476,33	1 460 549,14	-403 547,71	30,06%
Estado e Outros Entes Públicos					
Estado e outros entes públicos	115 764,60	542 794,39	46 269,09	-427 029,79	-78,67%
Dívida total ao EUEP	115 764,60	542 794,39	46 269,09	-427 029,79	-78,67%
Outros Credores					
Credores das Administrações públicas	331 216,73	368 017,73	441 619,73	-36 801,00	-10,00%
Credores diversos - Outros	328 418,28	311 602,60	343 148,30	16 815,68	5,40%
Dívida total a Outros Credores	659 635,01	679 620,33	784 768,03	-19 985,32	-2,94%
TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS	7 252 472,73	7 995 989,36	8 228 510,10	-243 511,36	-3,17%

De acordo com os dados fornecidos pela DGAL, a situação do endividamento do Município, com referência ao 2.º trimestre de 2017, face aos limites estabelecidos, pode ser resumida nos seguintes quadros:

Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):
 Limite dívida total 2015 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52ª Lei nº73/2013)

15 084 339

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AMISL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Organismos	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
15 084 339	01/01/2017						
	8 086 859	682	8 459 551	8 821 854		8 262 385	1 652 477
	30/06/2017						
	7 643 785	2 825	7 646 610	6 816 245		8 268 094	
Variação da Dívida %							-0,08%
Variação do Excesso da Dívida %							-
Margem Disponível por utilizar							1 658 186
Dívida não excedida							

Dos quadros supra podemos inferir que o Município se encontra com "Dívida não Excedida", tendo esta registado uma ligeira redução (leia-se evolução positiva) de 0.8% face a 1 de janeiro de 2017.

Identificamos, já em 2016, de acordo com os dados obtidos na confirmação externa de saldos, uma diferença não justificada no montante de 620 mil euros correspondentes a débitos da entidade Aguas do Norte, S.A. que ainda não estão evidenciados na contabilidade do município.



Informação semestral com referência a 30 de junho de 2017

SECÇÃO V – PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a informação publicada no sítio da internet “base.gov.pt”, foi possível elaborar o seguinte quadro- resumo com os procedimentos de ajuste direto e concurso público ocorridos no primeiro semestre de 2017.

Procedimento	Processos	Aquisição de bens móveis	Aquisição de serviços	Empreitada de obras públicas	Locação de bens móveis
Ajuste direto	46	14	16	14	2
Valor	1 543 727,49 €	286 542,33 €	305 145,31 €	808 039,85 €	144 000,00 €
Concurso público	13	-	11	2	-
Valor	3 081 206,60 €	-	1 426 789,60 €	1 654 417,00 €	-

Da análise efetuada aos contratos constantes do quadro supra, concluímos que a documentação de suporte para ajuste direto cumpre com os requisitos legalmente estabelecidos.

Braga, 12 de setembro de 2017

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20171459
Representada por:

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20170535.